

ENTREVISTA

Sylvia Moretzsohn é jornalista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981), com mestrado em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (2000) e doutorado em Serviço Social pela UFRJ (2006). É professora de jornalismo no Departamento de Comunicação Social da UFF e no Programa de Pós-Graduação em Justiça Administrativa na mesma universidade. Foi colaboradora regular do Observatório da Imprensa, site de crítica de mídia (2012-2015). É pesquisadora do Objethos, Observatório da Ética Jornalística, projeto do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. Dedicar-se permanentemente ao estudo da ética jornalística e, atualmente, concentra-se nas relações entre a ética e as transformações e dilemas do jornalismo no contexto inaugurado pela internet. Desenvolve também pesquisas sobre os vínculos entre jornalismo e cotidianidade, senso comum e a “questão social”.

■ Em um mundo globalizado onde as informações circulam em alta velocidade e em excesso, de que forma a informação passa a ter um sentido na construção de uma práxis na política?

► A informação sempre foi fundamental para a práxis política. Acho importante relativizar essa questão da velocidade e do excesso, porque ficamos atordoados com o que acontece hoje e não costumamos pensar no que foi a revolução industrial e a aceleração do tempo que resultou dela. “Tudo que é sólido desmancha no ar” é uma frase de 1848. Então acho importante entender que a aceleração do tempo é algo típico do capitalismo. Mas a situação que passamos a viver com a internet traz um problema novo, porque favorece a ampliação da circulação de boatos, mentiras e mesmo informações verdadeiras mas fora de seu contexto e de seu “tempo” original - por exemplo, notícias velhas que ressurgem nas mídias sociais como facebook e twitter como se fossem atuais. Isso cria uma enorme confusão, uma grande insegurança sobre aquilo em que, afinal de contas, se pode acreditar. É o que deveria valorizar o trabalho jornalístico, pela sua responsabilidade em filtrar as informações e separar o verdadeiro do falso, mas infelizmente o nosso jornalismo - digo, o jornalismo praticado nas grandes empresas - há muito tempo deixou de ser confiável e se rendeu à propaganda, ao proselitismo mais rasteiro, a uma militância que já nem se preocupa em disfarçar-se.

Além disso, a profusão de informações simultâneas cria uma espécie de cegueira pelo excesso, que Saramago percebeu com tanta acuidade numa de suas últimas obras. Na apresentação de “Pensando contra os fatos”, resultado da minha tese, em que busco tratar das origens iluministas do jornalismo para mostrar como esse ideal sobrevive mas se complica no mundo contemporâneo, eu fiz uma observação a esse respeito, que me parece relevante aqui: escrevi que a superexposição substitui a cegueira pela treva à cegueira pelo excesso de luz. O que, entretanto, não dá no mesmo, porque a luz em excesso sugere o pleno acesso à informação, que a treva escondia. Assim, diante do que estava oculto, podíamos ser levados a saber que ignorávamos, e com isso despertar para a necessidade de saber. Agora, pela aparência da visibilidade total, somos levados a ignorar que não sabemos, e nos consolamos nessa ilusão de saber.

■ **A revista Entropia surge do LMSM, no IUPERJ. Gostaríamos de saber como a senhora pensa, de forma geral, a comunicação dos movimentos sociais, que vai desde a mídia ninja a veículos de comunicação criados pelos movimentos sindicais?**

▶ Eu teria de dissertar longamente sobre isso. Não conheço particularidades desse ativismo midiático, mas em linhas gerais acho importante ressaltar que a militância não pode ceder ao proselitismo puro e simples, com a justificativa de que, se a grande imprensa mente e deturpa, podemos mentir e deturpar também. É preciso, sim, defender uma causa, e isso deveria ser encarado com naturalidade - afinal, jornais sempre defendem causas, como a liberdade de expressão, a democracia, a iniciativa privada, etc, e isso não aparece como algo ideológico porque são valores naturalizados na nossa sociedade. Alguns, como liberdade de expressão e democracia, são apresentados de forma abstrata e por isso podem ser entendidos de várias maneiras. Então, em primeiro lugar é preciso dar concretude a esses valores. E a defesa das causas precisa estar ancorada em fatos, em informações verdadeiras, na objetividade. Isso vale tanto para esses coletivos de mídia alternativa quanto para a comunicação sindical, que é bem mais antiga mas pouco eficaz, exatamente porque costuma se restringir à repetição do discurso ideológico sobre o papel do sindicato e não alcança um universo mais amplo de trabalhadores. Outra questão, talvez ainda mais difícil, é a necessidade de se lidar com a emoção. Porque nossa tradição iluminista nos leva a apostar na razão para o esclarecimento, entretanto é impossível insistir em argumentar diante de um comportamento irracional como o que vemos atualmente.

■ 3. A internet pode ser pensada como um novo veículo de comunicação hegemônico, tal como defendido por alguns teóricos? Seria possível observar a internet construindo uma agenda para um segmento considerável da sociedade, ou mesmo, determinando pautas a serem discutidas em sociedade, como fazem a televisão e (ainda) o rádio?

▶ Não sei que teóricos afirmam isso, mas, com certeza, não, a internet não é um veículo de comunicação, é um ambiente onde várias possibilidades de comunicação se realizam. Quem determina o que circula na internet é quem participa dela, e o alcance é delimitado por quem administra esse espaço. Por exemplo, no Facebook, os algoritmos que estabelecem o que cada um vai ver, e as políticas de uso, que mudam frequentemente e têm o mesmo efeito. Não é possível dizer que ficamos sabendo de algo porque “deu na internet”, do mesmo jeito que falávamos que “deu no rádio” ou “deu no jornal”. Porque quando nos referimos a jornais, rádios e TVs, estamos falando de determinadas empresas, que têm suas linhas editoriais e são confiáveis (ou não). Essas mesmas empresas atuam na internet. Indivíduos e grupos atuam na internet, com os mais diferentes objetivos. Acho importante desfazer um equívoco muito comum, inclusive entre teóricos, sobre o poder transformador da tecnologia. Álvaro Vieira Pinto fez isso magistralmente nos dois volumes de “O conceito de tecnologia”. Deveria ser claro que nenhuma tecnologia altera as relações sociais. Então, a internet reproduz as relações de poder que estão no mundo físico, e não poderia ser diferente.

■ Marshall McLuhan diz, em célebre expressão, que “o meio é a mensagem”. Ora, se isto é verdade, que tipo de mensagem nos pode dar a internet, considerando que o seu meio é conectado; é fluido e, ao mesmo tempo, repleto de informações, ainda que, diversas vezes, vazio de conteúdo?

▶ Não, o meio não é a mensagem e eu me lembro bem de um debate no início dos anos 80 em que o professor Alfredo Bosi desmontou essa afirmação de uma maneira muito simples e bem-humorada: “se o meio é moderno, a mensagem é moderna”. Faz sentido? Claro que não. E a internet não é esse “meio” (como TV, rádio, etc), como eu já disse. Mas é uma tecnologia que “encurta” distâncias, acelera e agiliza a comunicação. Pode ser muito positiva ou causar tremendo dano, se usada irrefletidamente. Mas a irreflexão, o imediatismo, as reações automáticas são características do senso comum, em qualquer época. O que é preocupante, e que marca uma diferença entre a internet e as tecnologias de comunicação anteriores, é que hoje qualquer pessoa pode publicar qualquer coisa, por mais absur-

da que seja, e estabelecer conexões que antes ficavam restritas ao mundo físico. Ficou famosa a frase de Umberto Eco sobre as redes sociais, que derem o direito à palavra a uma “legião de imbecis”, mas isso não deveria surpreender, porque desde a Antiguidade sabemos que é infinito o número de tolos. A internet, como expressão do que ocorre no mundo presencial, não poderia refletir outra coisa. Mas é importante notar que certos espaços virtuais, como as redes de whats app, ficam fora do escrutínio de pesquisadores e analistas políticos e são amplamente utilizados por organizações e movimentos das mais variadas índoles ideológicas. O que circula por ali, só quem participa dessas redes sabe. Podem ser usadas para qualquer fim, e naturalmente são espaços propícios à disseminação e consolidação do discurso de ódio que prolifera entre nós atualmente.

■ **Vários movimentos sociais apresentam uma leitura dos espaços virtuais, segundo a qual a internet se constituiria como um campo de rupturas com o monopólio empresarial-midiático da informação. Em sua opinião, estamos diante de uma alternativa possível ou de uma utopia a ser absorvida pelos grandes conglomerados empresariais?**

▶ Como eu disse, nenhuma tecnologia altera relações sociais ou de poder. Os espaços virtuais são dominados por grandes empresas, que estabelecem as regras através das quais é possível atuar neles. Mas essas empresas vendem a ideia de liberdade total, o que é obviamente falso. Claro que, com a internet, temos hoje muito mais possibilidades de expressão, mas não devemos perder de vista que, no capitalismo, o que estrutura a sociabilidade é o capital, com todas as suas contradições. No caso do complexo empresarial-midiático, a forma de se produzir informação jornalística foi afetada pela perda do que alguns autores chamaram de “monopólio da atenção” e pela perda de receita publicitária. Isso atinge o negócio tradicional da comunicação, que também atua na internet, como não poderia deixar de ser, embora não tenha encontrado, pelo menos não até agora, uma forma de manter seus lucros nesse novo ambiente. Mas as alternativas, sobretudo em países como o nosso, são ainda muito incipientes e restritas, de modo que a informação de referência continua a ser produzida pelas grandes empresas do ramo. Abriu-se mais espaço à crítica ao que essa mídia produz, o que é muito positivo, mas o alcance dessa crítica esbarra nas bolhas que se formam nas próprias redes virtuais.

■ Seria possível a desconstrução das grandes corporações de comunicação, diante das ações dos movimentos sociais, sejam elas midiáticas ou de tomadas das ruas?

▶ Claro que sim, mas isso, como em qualquer época, depende da luta política, que obviamente vai ser travada de acordo com a tecnologia disponível.

■ O complexo midiático brasileiro assumiu abertamente o campo do processo de derrubada da Presidenta eleita, Dilma Rousseff. A crise de representatividade e o vazio deixado pelos partidos políticos pode fazer com que a mídia ocupe tais espaços, apresentando-se como um ator político mais fortalecido?

▶ Não, a nossa mídia, tão concentrada como é, expressa interesses empresariais e os vende, como sempre, de maneira mistificadora, como se fossem os interesses da sociedade. A mídia, em qualquer parte, é um ator político fundamental e, no nosso caso, sempre esteve comprometida com golpes de Estado. Perdeu em 54 e nas tentativas de barrar as posses de JK e Jango, venceu em 64, perdeu em 82 no Rio, venceu em 89, perdeu na sucessão de governos petistas e venceu amplamente agora. Nos últimos anos, assumiu abertamente o papel de oposição, concorreu decisivamente para a derrubada do governo e continua a atuar no estímulo a manifestações de direita e na desqualificação de manifestações de esquerda. Vai prosseguir dessa forma, tentando conduzir o processo político de acordo com seus interesses, mas é claro que não substitui o governo. E a força que demonstrou nesse golpe deveria levar a relativizar o entusiasmo com a internet como espaço de contrapoder.